



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	26. JAN. 1980
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Portugal visto de fora

BOHEMIA (semanário cubano)

O futuro de Portugal

A actual situação que Portugal atravessa — em consequência da vitória da Aliança Democrática reaccionária — merece pelo menos uma referência e algumas reflexões.

Fraca prenda de Natal recebe o povo lusitano com a formação do décimo segundo Governo desde que a Revolução de Abril de 1974 pôs termo a meio século de ditadura. Porque desta vez trata-se do primeiro gabinete francamente reaccionário, aliados convictos e confesos dos centros imperialistas internacionais, encabeçado muito provavelmente por Francisco Sá Carneiro, líder da coligação vencedora e presidente do Partido Social-Democrata.

O Partido Comunista Português, dirigido por Alvaro Cunhal obteve 47 assentos nas eleições do passado dia 2 de Dezembro.

Mário Soares, chefe do Partido Socialista, oferece a fiel imagem da derrota alcançando apenas 73 lugares.

O Presidente da República, general António Ramalho Eanes, fiel defensor da Constituição do País, iniciava pacientemente as consultas com os partidos políticos representados no novo Parlamento.

Quando à Aliança Democrática, o seu programa fala de modo bem claro das suas intenções. Coloca o problema da revisão constitucional; uma nova lei dos partidos políticos — que poderia inclusivamente conduzir à ilegalização do PCP —; a supressão da Reforma Agrária; a devolução ao sector privado das empresas nacionalizadas; a entrada decidida no Mercado Comum; o desaparecimento do Conselho da Revolução; a

estreita dependência do Fundo Monetário Internacional e outras exigências do estilo (...).

Chegado a este ponto, conclui-se sem grande esforço que o futuro de Portugal está em jogo.

De qualquer maneira, Sá Carneiro só poderá «reinar» por um ano, uma vez que a Constituição exige nova convocação de eleições antes do final de 1980.

Mas embora a situação em que se encontra o País seja caótica, não há dúvidas de que o novo executivo reaccionário contará com todo o apoio dos centros financeiros capitalistas e das potências imperialistas.

A esquerda tem uma difícil tarefa à sua frente.

(Lillian Lechuga, 4.1.80)

LE MONDE

Primeiro conflito entre o general Eanes e Sá Carneiro

O governo de Sá Carneiro desejaria impedir a ex-primeiro-ministro de retomar as funções de embaixador de Portugal junto da UNESCO, em Paris. Maria de Lurdes Pintasilgo foi informada desta intenção pelo vice-primeiro-ministro, encarregado dos Negócios Estrangeiros, Freitas do Amaral, durante um encontro realizado no dia 16. Segundo a Constituição, é o presidente da República que, por proposta do governo, tem competência para nomear e demitir os embaixadores. Ora, o general Eanes recusaria assinar o decreto para afastar M.L. Pintasilgo.

O caso já provocou uma viva reacção dos partidos de oposição. Mário Soares não escondeu a «surpresa» dos socialistas. No seio da própria AD, levantam-se vozes discordantes. Medeiros Ferreira, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros e actual

Continua na pág. 22

SÍNTESE

A crescente radicalização da vida política portuguesa é hoje um facto indubitável. Um facto que, aliás não contrasta com a actual situação política europeia e, ainda menos, com o presente panorama internacional. Contrariamente, poderemos afirmar que a agudização das tensões políticas a nível nacional se integra perfeitamente no quadro de «guerra fria» da política internacional, servindo, também ela, de ilustração desse quadro.

A Imprensa, inevitavelmente, amplifica as tensões, e ao mesmo tempo o seu alinhamento político, a nível nacional e internacional.

Toda a imprensa estrangeira assinalou a formação do primeiro gabinete de direita em Portugal, prevendo desde logo uma revisão global das orientações políticas e económicas consignadas na Constituição Portuguesa de 1976.

No decurso dos debates sobre o programa do governo na Assembleia, a Imprensa europeia salientou, em particular, a evolução das relações entre o Executivo e os restantes órgãos do poder, na medida em que a questão da aprovação do programa não levantava dúvidas.

Foram mencionados os conflitos entre a Presidência da República e o Governo de Sá Carneiro a propósito do prosseguimento das funções de Maria de Lurdes Pintasilgo como embaixadora de Portugal junto da UNESCO, por um lado, e da candidatura do tenente-coronel Melo Antunes, membro do Conselho da Revolução, ao cargo de secretário-geral-adjunto da ONU para a Ciência e Tecnologia, por outro.

Relativamente aos debates parlamentares, os jornais dos países vizinhos sublinharam, sobretudo, os aspectos mais polémicos da política governamental: a diplomacia e a orientação económico-financeira. Ao assinalar a viragem da política externa portuguesa, anunciada por Freitas do Amaral, os observadores políticos não deixaram de citar as declarações do vice-primeiro-ministro sobre a delimitação dos poderes do Presidente da República e do Governo no domínio da diplomacia. Referiram igualmente os contraditórios pontos de vista expressos pelo Presidente Eanes, no discurso proferido na tomada de posse do Governo, e pelo ministro da Economia e das Finanças, durante a apresentação do programa à Assembleia, relativamente à situação e perspectivas da economia portuguesa.

Nos últimos dias, a imprensa espanhola e francesa assinalava as transformações ocorridas nos órgãos dirigentes do PS e do CDS, na sequência das mudanças realizadas na direcção do PSD, durante a formação do elenco governamental, concluindo que, na fase actual, a vida política portuguesa, «caracterizada pela chegada ao poder da coligação de centro-direita e pela preparação das importantes eleições legislativas e presidenciais deste ano», impõe a reorganização dos grandes partidos.

Entretanto, o «Financial Times» dedica uma atenção muito particular à situação económico-financeira portuguesa, nomeadamente nos sectores virados para o mercado internacional.



DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	26 JAN 1980
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Portugal visto por fora

Continuação da pág. 2

líder dos reformadores, teria participado a sua oposição a uma «medida de represálias» que considera «politicamente inútil».

(José Rebelo, 18.1.80)

EL PAIS

O parlamento português ratificou a sua confiança em Sá Carneiro

A maioria do Parlamento português outorgou ao Governo de Sá Carneiro o voto de confiança solicitado pelo Primeiro-Ministro, depois da aprovação do seu programa.

No último dia dos debates, inteiramente dominado pelas intervenções de Sá Carneiro e dos dirigentes máximos de todas as formações parlamentares, Mário Soares acentuou o perigo de «ruptura institucional» mediante conflito aberto entre a Presidência da República, o Governo e a maioria parlamentar. Álvaro Cunhal insistiu no mesmo tema, mas com palavras muito mais enérgicas. Para o dirigente do PCP, a revisão da lei eleitoral, a institucionalização do referendo e os «propósitos de revisão anticonstitucional da Constituição» são três iniciativas destinadas a subverter o sistema estabelecido e a destruir o regime democrático para abrir caminho a um novo sis-

tema que levará à instauração de uma nova ditadura».

O mais notório do discurso de Sá Carneiro foi o tom muito moderado, mas carregado de ironia, ao dirigir-se repetidamente à oposição, acusando-a de ser ela que põe em dúvida a solidez do regime e a capacidade dos órgãos do poder, competentes para velar pela constitucionalidade das iniciativas do governo, que serão sempre ratificadas pelo Parlamento.

(Nicole Guardiola, 19.1.80)

LE MONDE

O governo de Sá Carneiro pronuncia-se a favor do reforço da defesa do mundo ocidental

O programa preparado pela maioria de centro-direita encontra-se aprovado. Embora não houvesse dúvidas sobre o resultado final, as discussões decorreram num clima muito polémico. Acusado pela oposição de querer infringir a Constituição, o governo anunciou a sua intenção de propor à Assembleia um projecto de lei autorizando o referendo. Declarou-se decidido a modificar a lei eleitoral e a lei sobre os partidos políticos, a acelerar a restituição de terras exploradas em regime colectivo pelas cooperativas e unidades de produção, a permitir de novo aos capitais privados o investimento na banca e nos seguros.

Mas os dois aspectos da política governamental mais longamente discutidos foram, sem dúvida, a diplomacia e as novas orientações em matéria económica e financeira.

Ano intervir no primeiro dia dos debates, o vice-primeiro-ministro, Freitas do Amaral, chefe do CDS e vice-presidente da União Europeia das Democracias Cristãs, criticou a política seguida pelos seus antecessores, que teria sido «equivoca». Considerando a adesão de Portugal ao Mercado Comum como a «prioridade das prioridades», propôs-se suprimir na diplomacia de Lisboa «todos os vestígios de terceiro-mundismo e de não-alinhamento», assim como «todas as reservas relativamente aos nossos compromissos com a Aliança Atlântica». Ao condenar a intervenção soviética no Afeganistão, prelúdio, segundo ele, de uma «finlandização da Europa», Freitas do Amaral anunciou uma próxima revisão das relações políticas, comerciais e culturais entre Portugal e a União Soviética, pronunciando-se, por outro lado, a favor de «tudo o que possa reforçar o dispositivo de defesa do mundo ocidental».

Que papel deverá desempenhar futuramente o Presidente da República na política externa? O ministro dos Negócios Estrangeiros foi muito explícito. É o chefe do Estado que representa Por-

tugal no estrangeiro, mas é o governo que deve conduzir a política do país. Freitas do Amaral insurgiu-se igualmente contra a «diplomacia paralela» e os «emissários pessoais» da Presidência da República, que nos últimos governos, foram muitas vezes utilizados para resolver problemas delicados, nomeadamente, em África e no Médio Oriente.

(José Rebelo, 19.1.80)

EL PAIS

Melo Antunes, candidato a um alto cargo da ONU

O tenente-coronel Melo Antunes, conselheiro da Revolução portuguesa, é candidato ao cargo de secretário-geral-adjunto da ONU para a Ciência e Tecnologia.

Melo Antunes aceitou a candidatura a pedido do Presidente Eanes, a quem foi endereçada a solicitação de «altas personalidades da Nações Unidas». O recente cargo foi criado pelo secretário-geral da ONU. Contra a candidatura pronuncia-se a Aliança Democrática, coligação governamental, alegando que o convite a Antunes provém de personalidades de Governos anteriores.

(Nicole Guardiola, 22.1.80)

LE MATIN

Os tecnocratas socialistas vencem os

poetas. Três personalidades «históricas» do PS deixam o Secretariado.

O PS entra numa nova fase, a das alianças eleitorais. Manuel Alegre, Jaime Gama e Tito de Morais, três «históricos» do PS, foram substituídos por três figuras secundárias, mas que constituem um reforço da «ala tecnocrata», que vai agora de vento em popa.

A nova estratégia do PS inscreve-se na perspectiva aberta pelo «programa PS para os anos 80», elaborada sob a direcção de António Guterres, um dos mais jovens tecnocratas socialistas. Ela justifica-se pela urgência «em inverter a dinâmica de crescimento da direita e do Partido Comunista», o que implica nomeadamente «a afirmação da força eleitoral e social do projecto socialista democrático».

Com a partida dos três «históricos», o PS encontra-se mais à vontade para forjar uma nova imagem. A imagem de marca dada por Victor Constâncio e António Guterres, que já figuram como preferidos de Mário Soares. Objectivo principal: evitar um segundo fracasso eleitoral através do alargamento da base social e eleitoral do PS. A nova direcção propõe também estender a mão à «esquerda democrática» e ao «centro-esquerda», isto é, concluir uma aliança eleitoral

com a UEDS, de Lopes Cardoso, e com a ASDI, de Magalhães Mota e Sousa Franco.

(José Alves, 22.1.80)

EL PAIS

Luta de tendências entre os democratas-cristãos

Os democratas-cristãos passam também por uma fase de reorganização.

Na fase actual, a vida política portuguesa obriga todas as grandes formações a reorganizarem-se.

Depois do PSD e do PS, o CDS de Freitas do Amaral, segundo partido da coligação e quarta formação nacional no Parlamento, aborda a etapa pós-eleitoral com uma intensificação da luta pelo poder entre as suas tendências. A «crise» negada pela direcção do partido foi salientada na reunião da comissão nacional, encarregada de designar uma nova comissão política. Tratava-se de decidir da substituição dos dirigentes chamados a ocupar cargos no Governo.

A tentativa de «tomada do poder» pelo secretário-geral, Rui Oliveira, que propunha a substituição de Freitas do Amaral pelo radical Lucas Pires, parece condenada ao fracasso devido à posição de árbitro adoptada por Freitas do Amaral. Rui Oliveira tinha sugerido há meses a tese de uma próxima fusão entre o CDS e o PSD.

(Nicole Guardiola, 24.1.80)